

Fatores determinantes para o risco de liquidez em micro e pequenas empresas da cidade de Viçosa-MG*

Determining factors for the liquidity risk in micro and small companies of the city of Viçosa-MG

Johnny Pereira

Centro Universitário de Viçosa - UNIVIÇOSA

johw16@gmail.com

Juliana Maria de Araújo

Universidade Federal de Viçosa - UFV

j.maraujo160313@gmail.com

Evandro Rodrigues de Faria

Universidade Federal de Viçosa - UFV

evandrozd@hotmail.com

Lucas Maia dos Santos

Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Sabará

lucas.maia@ifmg.edu.br

Resumo: As micro e pequenas empresas (MPEs) têm um importante papel para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, gerando emprego e renda à população. Porém, muitas empresas acabam encerrando suas atividades de forma precoce, principalmente por motivos relacionados a deficiências na gestão do capital de giro. Assim, este artigo objetiva verificar quais aspectos possam exercer influência para o risco de liquidez nas MPEs, tomando-se como área de estudo o município de Viçosa-MG. Para isso, realizou-se a aplicação de 60 questionários junto a micro e pequenos empresários do município. Como abordagem metodológica, foram utilizadas as técnicas de análise descritiva e regressão logística. Os resultados encontrados apontaram que as causas que levam os empresários ao fracasso estão associadas a um conjunto de variáveis, tais como: empréstimos bancários; fluxo de caixa superior ao ciclo operacional; incompetência gerencial, causada pelo acúmulo de funções admitidas pelos empresários; acesso ao crédito; confusão entre a pessoa física e a pessoa jurídica, ferindo o princípio da entidade e inexistência de um plano de negócio. Dessa forma, destaca-se a importância do planejamento financeiro e a importância da separação entre empresa e empresário no que se refere ao gerenciamento dos empreendimentos.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Planejamento. Risco de liquidez.

Abstract: Micro and small enterprises (MPEs) have an important role for the economic and social development of municipalities, generating employment and income for the population. However, many companies end up terminating their activities at an early stage, mainly for reasons related to deficiencies in working capital management. Thus, this article aims to verify which aspects may influence the liquidity risk in MSEs, taking as a study area the

* Recebido em 06 de Maio de 2019, aprovado em 15 de Maio de 2020, publicado em 05 de Janeiro de 2021.

municipality of Viçosa-MG. For this, 60 questionnaires were applied to micro and small entrepreneurs in the city, in addition to the use of descriptive analysis and logistic regression techniques. The results found that cause the entrepreneurs to fail, are associated to a set of variables, such as: bank loans; cash flow greater than the operating cycle; managerial incompetence, caused by the accumulation of functions admitted by the entrepreneurs; access to credit; confusion between the individual and the legal entity, hurting the principle of the entity and lack of a business plan. Thus, the importance of financial planning and the importance of the separation between company and entrepreneur, among other practices, are important for the consolidation of the enterprises and for them to remain in the market.

Keywords: Micro and small enterprises. Planning. Liquidity risk

1. Introdução

As micro e pequenas empresas (MPEs) exercem um importante papel social e econômico, como pólo de criação de riquezas e alta capacidade de geração de empregos, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento econômico nacional.

Conforme pesquisas divulgadas em 2018 pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no referido ano as MPEs geraram 27% do Produto Interno Bruto nacional, além de terem sido responsáveis por 54% dos vínculos empregatícios e corresponderem a 98,5% do total de empresas do setor privado. Além disso, o número de microempresas no Brasil deverá ser da ordem de 4,66 milhões em 2022, enquanto em 2009 este número não passava de 2,65 milhões (SEBRAE, 2018).

Todavia, um fato que compromete um maior crescimento do número absoluto de empresas é o alto índice de mortalidade precoce das MPEs, ocasionado por diferentes fatores e condições ligadas a estas unidades produtivas. De acordo com o Sebrae-SP (2018), uma em cada 4 empresas formais encerravam suas atividades antes mesmo de completar dois anos de atuação no mercado. Castanheira (2017) afirma que os níveis altos de mortalidade das MPEs ainda existentes ocasionam descrenças por parte dos clientes, funcionários, investidores e financiadores, minando suas possibilidades de ascensão.

Dentre as principais causas de encerramento da empresa estão a ausência de planejamento prévio, dificuldades na gestão empresarial e ausência de comportamento empreendedor. (SEBRAE-SP, 2014). Além disso, a falta de experiência no ramo empresarial, a dificuldade na negociação com fornecedores, o não investimento em mão-de-obra qualificada e a ausência de um acompanhamento das receitas e despesas são alguns dos fatores mais apontados pelos empresários como causas do encerramento das empresas (SEBRAE, 2016). Ferreira (2015) corrobora este dado ao afirmar que, além de mais propensas às questões inerentes à conjuntura econômica, a forma como a gestão financeira de curto prazo é realizada também é um fator determinante para a mortalidade, tornando este setor mais exposto à imprevisibilidade do mercado.

De acordo com Teles et al. (2009) é essencial a adoção de políticas públicas com enfoque em ampliar as oportunidades para as micro e pequenas empresas, de forma que estas tenham mais chances de sobreviver e possam ampliar seu potencial de geração de riqueza e renda. Porém, para isso, torna-se incipiente a compreensão de quais fatores exercem influência sobre a mortalidade das empresas, para que estes possam ser minimizados. Ademais, a compreensão de questões que possam exercer influência sobre a falência empresarial “estão intimamente ligados com a necessidade de identificar comportamentos precoces da ‘doença’ para procurar agir com a brevidade possível de modo a corrigir a espiral descendente, reposicionando a empresa.” (ANTÃO; PERES; MARQUES, 2018, p. 37).

Assim, surge o questionamento ao qual este estudo visa responder: quais são os fatores ditos como determinantes para o risco de sobrevivência das micro e pequenas empresas? Nessa linha, destacam-se alguns dos trabalhos já realizados tais como Santos, Ferreira e Faria (2009a, 2009b) que tiveram também como foco o estudo das dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empresários do município de Viçosa-MG.

Como diferencial deste estudo, cita-se a análise da influência da obtenção de microcrédito produtivo, operacionalizado aqui como a participação em processo de incubação de empresas, e se este pode afetar o risco de liquidez das entidades. Lisboa e Castro (2014, p. 1) afirmam que “as Incubadoras de Empresas têm um importante papel na orientação e capacitação das empresas para que adquiram competências e capacidade de aquisição de recursos”. Como contribuição empírica, almeja-se a compreensão dos condicionantes que possam colocar em risco a sobrevivência das empresas, de forma que estas tenham maiores chances de continuarem suas atividades.

Além desta introdução, este estudo conta também com um referencial teórico, abarcando questões relacionadas à importância das MPEs e também elencando alguns dos estudos já realizados sobre os fatores que possam ter relação com seus níveis de mortalidade. Posteriormente, será apresentada a metodologia adotada, seguida dos resultados e discussões e, por fim, das conclusões obtidas a partir do estudo.

2. Referencial Teórico

2.1. Micro e Pequenas Empresas: definição e potenciais desafios

A Lei Complementar n° 123 (LC 123/06), de 14 de dezembro de 2006 define a microempresa como a pessoa jurídica que tenha auferido no ano-calendário anterior uma receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00. Já a empresa de pequeno porte é aquela cuja renda bruta é superior a R\$360.000,00 e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (BRASIL, 2006).

Mesmo consideradas como pilares da economia nacional, as micro e pequenas empresas enfrentam diversas barreiras, o que as torna mais suscetíveis à conjuntura econômica. Ferreira (2015, p. 18) afirma que “a nova conjuntura econômica passou a exigir das empresas uma melhor estrutura organizacional, de modo a garantir sua sustentabilidade a longo prazo em um ambiente mais competitivo e instável”.

Santos, Ferreira e Faria (2009a) afirmam que, apesar de serem atrativas, as MPEs operam com um risco de liquidez bastante alto, principalmente devido às suas deficiências em relação à gestão financeira de curto prazo. A referida gestão, realizada de forma eficaz, permite que a empresa possa cumprir plenamente com suas obrigações de curto prazo, evitando que se torne insolvente (FERREIRA, 2015). Ademais, fatores externos também devem ser considerados na análise da gestão do capital de giro, tendo em vista que podem exercer influência no custo do financiamento e na renegociação de dívidas.

Santos, Ferreira e Faria (2009b) reiteram que os empresários tendem a ignorar distorções na forma como realizam a gestão de seus empreendimentos, culpando questões exógenas como sendo aquelas estritamente responsáveis por suas dificuldades financeiras, tais como a inflação, economia, burocracia, dentre outras. Ainda conforme os autores, soma-se a isso o fato de que nas MPEs não há uma clara diferença entre a administração financeira e contabilidade, esta última ainda sendo vista como plena exigência burocrática. Dessa forma, há uma utilização ineficaz dos recursos disponíveis, que poderiam servir de embasamento para o gerenciamento empresarial.

Conforme o gráfico 1, alguns dos fatores mais alegados pelos micro e pequenos empresários paulistas para o encerramento das empresas consistia na ausência de clientes ou falta de recebimento por parte deles, seguida de perto pelos problemas relacionados à falta de capital. Além disso, os problemas inerentes ao planejamento e administração das empresas foram a causa de fechamento de 15% das empresas analisadas (SEBRAE-SP, 2008).

Gráfico 1: Fatores determinantes para o encerramento dos negócios.

Fonte: Sebrae-SP (2008).

O estudo realizado pelo Sebrae-SP em 2008 identificou ainda 6 conjuntos de fatores que ocasionam a falência prematura das empresas. São eles: ausência do perfil empreendedor; ausência de planejamento prévio; deficiência na gestão; ausência de políticas públicas de incentivo e proteção ao setor; dificuldades relacionadas à conjuntura econômica e influência de problemas pessoais no negócio. Já em 2016, em nova pesquisa realizada pelo Sebrae-SP, constatou-se que os fatores que mais motivavam o encerramento das empresas podiam ser agrupados em quatro grandes grupos, a saber: situação antes da abertura da empresa (ocupação do empresário, motivação para empreender e experiência prévia), planejamento, gestão da empresa e capacitação dos sócios. Porém, ao se analisar as empresas que foram constituídas no período 2008-2012, verifica-se uma diminuição na taxa de mortalidade, que passou de 45,8% em 2008 para 23,4% em 2012, ocasionada pela queda das taxas de juros e do aumento do Produto Interno Bruto brasileiro, dentre outros aspectos (SEBRAE, 2016)

Dessa forma, apesar da redução no nível de mortalidade, os fatores que motivam a falência empresarial ainda são semelhantes aos que foram constatados em quase uma década de pesquisas. Isso denota a importância de se realizar políticas públicas efetivas que tenham por objetivo a diminuição das causas da falência empresarial.

2.2. Fatores que influenciam na mortalidade das empresas

Uma das grandes causas de mortalidade de micro e pequenas empresas consiste na ineficiência na gestão de capital de giro. Nesse sentido, Santos, Ferreira e Faria (2009a) investigaram quais os fatores limitantes da gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas, utilizando como área de estudo o município de Viçosa-MG. Dentre seus principais achados, constam a ausência de boas práticas de gestão financeira e da utilização de ferramentas de controle.

Santos e Ferreira (2008) também verificaram que a gestão financeira de curto prazo é de suma importância para minimizar o risco de liquidez em MPEs ao entrevistar 172 empresários de Viçosa-MG. Os autores observaram que 12% das empresas estavam com alto risco de liquidez ocasionado, primordialmente, por ciclos operacionais e de caixa bastante altos, alto índice de vendas à prazo e predominante utilização de capital próprio na abertura da empresa, ocasionando uma maior necessidade de financiamento externo ao longo de suas atividades.

Neitzke et al. (2011) também verificaram que uma gestão empresarial deficiente, combinada à ausência de um planejamento prévio, maximiza a chance de mortalidade das

empresas. Dessa forma, citam os autores, é importante a utilização de ferramentas gerenciais pelas micro e pequenas empresas, como forma de se realizar uma boa gestão do capital de giro.

Além disso, Ferreira e Faria (2009b) utilizaram modelos de regressão logística com o intuito de prever o risco de liquidez em MPEs do município de Viçosa. Através da inclusão de várias variáveis independentes, os autores conseguiram prever 87,2% dos casos. Seus resultados indicaram que um maior número de sócios, a contratação de empréstimos e maior ocorrência de vendas a prazo eram alguns dos condicionantes que mais determinavam o risco de liquidez dos micro e pequenos empresários do município.

Ademais, Hall et al. (2012) analisaram o uso das ferramentas contábeis como suporte à gestão por parte dos micro e pequenos empresários do município de Dourado-MS. Através da aplicação de questionários junto a 39 empresas, os autores concluíram que há uma utilização insuficiente das informações geradas pela contabilidade, o que poderá ocasionar, a longo prazo, uma perda da capacidade competitiva.

Paralelamente a essa linha, Plácido, Santos e Murta (2015) analisaram a utilização da tecnologia da informação como apoio à gestão empresarial por 60 micro e pequenos empresários da cidade de Sabará-MG. Os autores concluíram que o tempo de existência da empresa e o conhecimento do gestor no setor de informática foram os fatores que mais determinaram a utilização da tecnologia da informação no controle financeiro da empresa.

Ferreira et al. (2007) analisaram quais variáveis estão mais associadas à ocorrência de problemas de capital de giro em MPEs, tomando como área de estudo o município de Rio Casca, pertencente à Zona da Mata mineira. Seus resultados evidenciaram que empresas de maior porte, com um maior número de empregados, prazos médios de pagamentos maiores que os prazos de cobrança, maior utilização de capital próprio e que utilizam ferramentas de gestão tem menores chances de risco de liquidez.

O papel dos gestores na empresa, sua estrutura e também a conjuntura econômica são as variáveis mais apontadas pela literatura como causadores da falência das micro e pequenas empresas (ANTÃO; PERES; MARQUES, 2018). Dessa forma, afirmam os autores, é necessário avaliar tanto a conjuntura macro, quanto a microeconômica. Dentre os fatores macro cita-se a inflação, que pode ser penalizante para o desempenho empresarial, uma vez que os gestores tendem reagir de forma tardia às alterações no mercado (ANTÃO; PERES; MARQUES, 2018). Além disso, destaca-se a dificuldade de utilização de ferramentas gerenciais como apoio à gestão do negócio, resultando em uma má administração financeira, principalmente no que se refere ao capital de giro.

Na esfera internacional, destaca-se o estudo de Stawasz e Ropęga (2014), que objetivaram compreender quais são os fatores de risco ao desenvolvimento de MPEs da Polônia. Os autores verificaram a importância do conhecimento técnico por parte do administrador da empresa, bem como da preocupação em se manter atualizado, contratando consultorias e buscando aconselhamento em diversas áreas. Waweru e Ngugi (2014) corroboram que boas práticas de gestão financeira são um suporte ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas situadas no Quênia. Além disso, foi constatado que as empresas bem-sucedidas possuíam um maior capital de giro, menor tempo de recebimento de clientes e um menor volume de estoques.

Belás et al. (2015) compararam os condicionantes dos riscos de crédito e financeiro de 1.141 pequenas e médias empresas situadas na República Tcheca, constatando que os negócios são altamente afetados pelo risco financeiro. Todavia, somente uma pequena parcela dos empresários sentia-se capaz de gerenciar de forma correta os riscos financeiros.

Dessa forma, é importante que os empresários tenham um conhecimento de gestão financeira, sabendo lidar com os riscos do negócio e buscando serviços de consultoria e/ou

especialização quando necessário, de forma a minimizar as chances de sua empresa incorrer em risco de liquidez.

3. Metodologia

3.1. Áreas de Estudo da Amostra

Para a coleta de dados utilizou-se da aplicação de questionários a 60 micro e pequenos empresários do município de Viçosa-MG. Durante a aplicação do questionário, optou-se pela utilização do balanço perguntado, que consiste em uma técnica de planejamento de coleta de informações financeiras de forma mais próxima à realidade (KASSAI, 2001). Similarmente ao utilizado por Ferreira et al. (2007) e Santos, Ferreira e Faria (2009a, 2009b) foi utilizada a abordagem do balanço falado em dois estágios: no primeiro foi inquirido ao empresário se há a existência de problemas de capital de giro, enquanto no segundo fez-se a análise de questões relacionadas a endividamento, liquidez e ciclo de caixa, para que a partir destas fosse construída uma nova variável dependente.

3.2. Modelo de Previsão de Risco de Liquidez

O modelo de previsão de risco de liquidez foi baseado nos modelos propostos por Ferreira et al. (2007) e Santos, Ferreira e Faria (2009b), que investigaram os fatores condicionantes do risco de liquidez em duas cidades da Zona da Mata mineira. As variáveis utilizadas pelos autores foram aquelas mais apontadas pela literatura como sendo determinantes para a existência de problemas relacionados à liquidez em micro e pequenas empresas. A variável “Contratação de operações de microcrédito produtivo” não havia sido considerada nos supracitados estudos, mas optou-se por abordá-la tendo em vista sua importância na obtenção de crédito para micro e pequenas empresas. Para viabilizar a utilização desta variável considerou-se aquelas que sofreram processo de incubação, tendo em vista sua importância na aquisição de recursos financeiros.

Para atingir o objetivo deste trabalho foi utilizado o modelo de regressão Logit, indicado nos casos em que a variável a ser explicada é de cunho dicotômico, ou qualitativo. Conforme apontado por Gujarati (2000), a variável dicotômica é uma variável binária, ou mais comumente falando, uma variável dummy, que assume valores 0 ou 1. Neste estudo foi dado valor 0 no caso da empresa não apresentar problemas de capital de giro e valor 1 em caso contrário. Santos, Ferreira e Faria (2009b, p.152) afirmam que

por meio da obtenção dos coeficientes das variáveis explicativas, pode-se perceber o impacto dessas na variação do logaritmo da probabilidade da variável dependente, aqui compreendida como risco de liquidez.

A variável dependente e as expectativas de relação das variáveis explicativas com o evento “ocorrências de problemas de capital de giro” são explicadas da seguinte forma:

Variável dependente: existência de problemas de capital de giro. Foi atribuído o valor 1 para a existência e valor 0 para a não ocorrência. Conforme proposto por Ferreira et al. (2007), primeiramente foi realizado o questionamento ao empresário sobre problemas relacionados ao risco de liquidez em sua empresa. Posteriormente, o risco de liquidez foi calculado a partir do recorte das variáveis em três dimensões, abarcando a liquidez, ciclo de caixa e endividamento.

Número de empregados (EP): de acordo com Santos, Ferreira e Faria (2009b, p. 153) “esta variável é um forte indicador de porte das organizações, por isso esperava-se que números maiores de empregados estariam associados a menos problemas na gestão de capital de giro”.

Faturamento Bruto Anual (FB): Santos, Ferreira e Faria (2009b, p. 154) descrevem esta variável como “o principal indicador de porte para as organizações. Esperava-se, neste

trabalho, que empresas com maior faturamento experimentassem menos problemas de gestão de capital de giro”.

Idade da Empresa (IE): Representa o tempo de atividade da empresa, desconsiderando-se o registro jurídico. Esperava-se que quanto maior a idade, menores os problemas com capital de giro.

Contratação de operações de microcrédito produtivo (MC): como a restrição ao capital de giro é o problema financeiro mais apontado pelos empresários, esperava-se que as empresas que conseguiram acessar linhas de microcrédito através de instituições públicas ou privadas tivessem menor risco de liquidez, em razão das menores taxas de juros e opções de pagamento nessas operações. Tendo em vista a existência de uma incubadora de empresas no município, esperava-se que empresas incubadas e capacitadas para adquirirem recursos tivessem menos problemas de capital de giro.

Percentual de capital próprio utilizado na abertura (CP): refere-se ao percentual de capital dos sócios em relação ao capital de terceiros que foi utilizado para a constituição da empresa. A expectativa era de que a utilização de capital próprio minimizasse os problemas de capital de giro, considerando-se o elevado custo de capital de terceiros.

Idade do proprietário (IP): esperava-se que empresas cujos proprietários eram de idade mais avançada enfrentassem menos problemas de gestão de capital de giro em razão da experiência acumulada por eles (SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009b).

Setor (ST): variável dummy, com atribuição de valor 0 para indústria e 1 para comércio e serviços. Sem expectativa.

Sexo do proprietário (SX): variável qualitativa, a qual se atribuiu 0 = masculino e 1 = feminino. Não se criou expectativa em relação a esta variável.

Tempo de Experiência do proprietário (EX): diz respeito ao total de anos que o proprietário dedicou ao ramo em que atua. A expectativa era de que esta variável possuísse grande relação com o problema em questão, devido à contribuição do tempo para aquisição dos conhecimentos acerca do mercado por parte do empresário (SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009b).

Número de sócios (SC): conforme descrito por Santos, Ferreira e Faria (2009b, p. 153)

Esta variável é adequada não só para quantificar os sócios da empresa, como também sua forma jurídica (empresário ou sociedade empresária limitada). Esperava-se que empresas com mais de um proprietário tivessem menos problemas com administração de capital, levando-se em conta aspectos como aumento do controle, ocasionado pela difusão do poder de decisão e diminuição do problema de agência, via maior transparência corporativa.

Investimento de longo prazo (IN): diz respeito aos seguintes tipos de investimentos realizados nos últimos doze meses: ampliação do negócio, compra de computadores ou softwares, realização de propagandas ou promoções e compra de veículos, máquinas e móveis. Atribuiu-se 0 para não possui investimentos e 1 para possui. Esta variável pode ser considerada, para MPEs, um indicador de crescimento e de equilíbrio financeiro, por isso foi esperado que, nas empresas com presença de investimentos de longo prazo, fossem menores os problemas de capital de giro.

Empréstimos de longo prazo (EM): variável dummy, onde foi atribuído o valor 1 para possui e 0 para não possui. Esperava-se que sua presença estaria associada a um menor risco de liquidez, devido ao custo relativamente mais baixo deste tipo de recurso.

Relatórios financeiros (RT): conforme descrito por Santos, Ferreira e Faria (2009b, p. 155) refere-se “à elaboração, pelas empresas ou contadores, e utilização de relatórios financeiros. Esperava-se que empresas habituadas ao uso destes relatórios fossem, em geral, mais prudentes, não incorrendo em problemas de capital de giro”.

4. Resultados e Discussões

4.1. Gestão Financeira nas MPEs

Por meio dos dados da tabela 1, pode-se verificar que as empresas analisadas possuíam, em média, 6,10 empregados; 2,31 proprietários; 4,67 anos de existência e um faturamento bruto anual médio de R\$ 720.375,00. Os empresários que administraram as MPEs estudadas, possuíam, em média, aproximadamente 4 anos de experiência na atual empresa e 35 anos de idade.

Tabela 1: Caracterização das micro e pequenas empresas

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Tempo de existência (anos)	0	18	4,67	3,740
Número de empregados	0	49	6,10	8,777
Número de proprietários	1	14	2,31	1,956
Idade	24	60	35,37	8,508
Tempo de Experiência (anos)	1	15	4,52	3,084
Faturamento anual	R\$7.200,00	R\$4.200.000,00	R\$720.375,00	R\$903.506,71

Fonte: resultados da pesquisa.

Além disso, os dados mostraram que 74,1% dos empresários afirmaram ter utilizado somente capital próprio para iniciar as atividades da empresa. No que diz respeito aos investimentos das empresas analisadas verificou-se, conforme a tabela 2, que nos últimos 12 meses os principais investimentos realizados foram: compra de máquinas, móveis e utensílios (77,8%); propagandas ou promoções (75,9%) e compra de produtos ou softwares (59,3%). A maior parte dos empresários realizou algum tipo de investimento, tendo em vista a melhoria do empreendimento.

Tabela 2: Principais Investimentos nos últimos 12 meses

Investimento	% Fez este investimento	% Não fez este investimento
Compra de máquinas, móveis ou utensílios	77,8	22,2
Propagandas ou promoções	75,9	24,1
Compra de produtos ou softwares	59,3	38,9
Contratações	38,9	61,1
Ampliação do negócio	33,3	66,7
Compra de veículos	18,5	81,5

Fonte: resultados da pesquisa

De acordo com a tabela 3, 87% das empresas possuíam o prazo médio de recebimento de vendas de até 60 dias, enquanto mais de 92% possuíam um prazo médio de pagamento de fornecedores equivalente a esse período. Dessa forma, algumas das empresas analisadas acabavam tendo que arcar com suas dívidas sem que tivessem ainda recebido o valor referente às vendas efetuadas a prazo. Levando-se em consideração os prazos oferecidos por empresas de maior porte e com um capital de giro superior, o prazo médio obtido neste estudo pode ser considerado curto.

Este achado é contrário àquele obtido por Santos, Ferreira e Faria (2009a), onde o prazo médio de recebimento de vendas era significativamente superior ao de pagamento de fornecedores apenas em uma pequena parcela das empresas analisadas.

Tabela 3: Frequência dos prazos médios de atividades nas MPEs

	Prazo médio de recebimento de vendas (PMRV)	PMRV Acumulado	Prazo médio de Pagamento de Fornecedores (PMPF)	PMPF Acumulado	Prazo médio de estocagem (PME)	PME Acumulado
Até 30 dias	31,1%	31,1%	31,8%	31,8%	65,17%	65,17%
De 31 a 60 dias	55,5%	86,6%	60,4%	92,2%	23,12%	88,29%
De 61 a 90 dias	7,5%	94,1%	3,3%	95,5%	6,8%	95,05%
De 91 a 120 dias	3,7%	97,8%	2,9%	98,4%	2,3%	97,39%
De 121 a 150 dias	1,4%	99,2%	1,1%	99,5%	1,9%	99,29%
Acima de 151 dias	0,8%	100%	0,5%	100%	0,7%	100%

Fonte: resultados da pesquisa.

As micro e pequenas empresas dependem de um recebimento de vendas em um período menor de tempo, se comparado com as médias e grandes empresas. Por não possuírem capital de giro suficiente para cobrir esse tempo em que a empresa fica sem capital, ela se vê obrigada a buscar outros meios para financiar as suas contas de curto prazo. Assim, tendo em vista o tempo médio de existência das empresas, que já estão de certa forma consolidadas no mercado, infere-se que a maioria das empresas estudadas apresenta boa gestão de caixa, de forma que consigam sanar suas dívidas mesmo antes de receber os valores referentes às vendas a prazo, o que diminui seu risco de solvência.

A tabela 3 mostra que aproximadamente 65,17% das empresas têm prazo médio de estocagem de até 30 dias, enquanto o prazo médio de estocagem era de 35 dias. Conforme Pereira Filho (1998), se o prazo médio de estocagem for inferior ao prazo médio de pagamento das compras, os fornecedores acabarão financiando uma parte da empresa.

Além disso, aproximadamente 31,8% das empresas possuíam ciclo de caixa de até 30 dias. Este prazo sofre alterações principalmente pelos prazos fornecidos pelos fornecedores e pelos prazos que as mercadorias ficam estocadas, que são superiores aos de pagamentos. As empresas apresentaram um ciclo de caixa médio de 40,7 dias. Sendo assim, o caixa dessas empresas fica imobilizado aproximadamente 52% do ciclo operacional.

Ademais, percebe-se que a grande maioria das empresas consegue uma boa rotatividade do seu estoque, conseguindo um bom número de vendas até o momento de pagamento dos fornecedores. Todavia, a proximidade de prazo entre o recebimento das vendas e o pagamento de suas próprias dívidas coloca em risco a capacidade de pagamento por parte da empresa. Assim, deve-se prezar pelo recebimento das vendas em um menor prazo ou uma extensão do prazo de pagamento dos fornecedores, de forma que o capital da empresa não seja comprometido e que ela não tenha que recorrer à empréstimos sem planejamento prévio.

Algumas dessas empresas, aproximadamente 18,6%, possuem ciclo de caixa negativo. Geralmente, o fluxo de caixa negativo é normal em fase de crescimento ou de aumento de projetos. Santos, Ferreira e Faria (2009a, p. 9) afirmam que

Quanto maior o ciclo de caixa de uma empresa, maior o risco de liquidez; sendo negativo, esse ciclo evidencia que essas empresas possuem ao longo do ciclo operacional recursos independentes das obrigações de curto prazo, disponíveis para aplicações em outras atividades. Essas empresas conseguem manter uma alta rotatividade de estoque e um prazo de recebimento reduzido, aliado a um prazo de pagamento de fornecedores superior à soma do prazo médio de estocagem e de recebimento.

Os micro e pequenos empresários também foram questionados acerca das principais opções de captação de recursos quando a empresa necessita de capital de giro. Os resultados podem ser observados na tabela 4.

Tabela 4: Opções recorridas na falta de caixa

Investimento	%
Empréstimo bancário	30,9%
Não tem problemas com caixa	30,3%
Parentes/Amigos	18,1%
Capital próprio	10,1%
Agiota	3,6%
Cartão de crédito	3,6%
Cheque Especial	2,4%
Outros	1,0%

Fonte: resultados da pesquisa

Observa-se que, diante da falta de caixa, o empréstimo bancário é a opção utilizada por 30,9% dos empresários. Além disso, 18,1% recorrem a amigos e parentes, pois recorrendo a pessoas mais próximas, a negociação e o modo de pagamento são mais flexíveis, além dos juros cobrados serem menores. Normalmente, amigos e familiares fazem juros próximos aos rendimentos da poupança e são mais maleáveis em relação ao período do pagamento, se comparado às financiadoras ou bancos.

Este resultado é condizente com o que revelou o relatório do Sebrae-SP (2014) visto que micro e pequenos empresários preferem a capitalização interna, por ser de baixo custo. Ademais, as decisões de financiamento seguem uma hierarquia de preferências, onde a empresa primeiro utiliza os recursos internos para financiamento e somente depois recorre ao endividamento externo.

Conhecendo as principais opções adotadas pelos empresários para a falta de caixa, buscou-se saber se eles realizaram primeiramente uma análise financeira antes da tomada de decisão. Essa é uma decisão muito importante para a saúde financeira da empresa, onde uma decisão ou planejamento mal feito acarretará em sérios problemas. Sempre existem desvantagens em casos de dívidas, por isso devem-se tomar cuidados específicos como nunca deixar de pagar uma parcela, calcular o valor total do empréstimo ou financiamento antes de fechar negócio e, estar sempre atento a calotes e juros muito altos.

Também ficou constatado que muitos empresários não analisam o mercado antes de tomar as decisões que envolvem a sua empresa. Aproximadamente 68% das empresas não realizam nenhum tipo de análise, seguindo indicações de amigos ou de outro empresário. Ademais, como muitos empresários necessitam do dinheiro em um curto período de tempo, muitos desses empréstimos são feitos sem exigência de garantia, recorrendo a amigos e parentes. Um dos principais problemas das MPEs é a obtenção de crédito para sua manutenção e investimentos de expansão. Uma pesquisa do SEBRAE-SP, realizada em 2016 apontou que 80% das MPEs utilizaram alguma forma de obtenção de crédito, tal como cartão de crédito, financiamento, cheque especial, etc. Além disso, dos empreendedores que afirmaram utilizar o crédito, 38% revelaram injetar os recursos no capital de giro da empresa, enquanto 31% deles pretendiam a compra de equipamentos (SEBRAE-SP, 2016).

Em relação à gestão do capital de giro da empresa, foram feitas algumas perguntas em relação à elaboração de relatórios e análise das finanças de curto prazo da empresa. Os resultados estão compilados na tabela 5:

Tabela 5: Características das empresas na administração do capital de giro

Características	Sim	Não
Empresários que elaboram ou recebem relatórios financeiros	81,5%	18,5%
Empresários que realizam pagamento adiantado a fornecedores para obter descontos	33,3%	66,7%
Empresários que fazem retiradas para custear gastos da família	40,7%	59,3%
Empresários que fazem controle de caixa	63%	37%
Sócios que fazem controle de caixa	77,8%	22,2%
Funcionários que sabem trabalhar com administração financeira	16,7%	83,3%

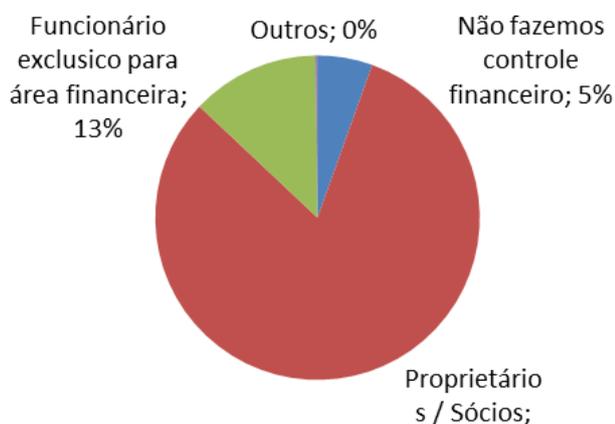
Fonte: resultados da pesquisa

Observou-se que 81,5% elaboram relatórios financeiros, enquanto 18,5% não o fazem. Esta significativa indiferença em relação à elaboração de relatórios financeiros é um importante sintoma de mau gerenciamento das empresas (CHÉR, 1991).

Um dado bastante importante que se pode notar na tabela 5 é que 40,7% das empresas fazem retiradas do próprio caixa para custear gastos pessoais. Ferindo o princípio da entidade, onde se mistura pessoa física com a pessoa jurídica, os empresários cometem um erro muito grave e que pode acarretar sérios problemas para a empresa. Ademais, os micro e pequenos empresários acabam assumindo várias funções dentro da empresa, ficando responsável pela parte financeira, de recursos humanos, administrativa e de marketing.

A tabela 5 ainda nos mostra que aproximadamente 33% dos micro e pequenos empresários entrevistados realizam pagamentos adiantados. Como analisado anteriormente, uma boa parte das empresas analisadas não conseguem fazer esse tipo de estratégia, onde o pagamento junto aos fornecedores é adiantado para se obter descontos e, conseqüentemente, pode-se oferecer um produto com um preço mais viável para seus clientes. Dessa forma, seu fluxo de caixa gira mais rápido, minimizando o tempo ocioso em que a empresa fica sem capital de giro.

De acordo com a tabela 5, uma significativa parte das empresas analisadas apresenta um possível sintoma para problemas financeiros. Observa-se que apenas em 16,7% das empresas há funcionários com experiência com administração financeira. Além disso, muitos empresários não são capacitados com relação às questões financeiras da empresa. Este fato é preocupante visto que, de acordo com o gráfico 1, em 82% das empresas analisadas o controle financeiro é realizado pelo próprio proprietário. Ressalta-se, novamente, os resultados obtidos pelas pesquisas do Sebrae-SP (2014) e Sebrae (2016), onde a falta de conhecimento técnico para gerenciar a empresa é apontada como uma das principais causas de insucesso das empresas.

Gráfico 2: Responsáveis pelo controle financeiro na empresa

Fonte: resultados da pesquisa

No gráfico 2 percebemos como os proprietários são os maiores responsáveis pelo controle financeiro nas MPEs. Muitos deles alegam que contratar um funcionário exclusivamente para essa área, acaba por sair muito caro, e por eles estarem diariamente nas empresas, acumulam mais esta função. O ideal é que toda empresa tenha suas estratégias, projeções e um planejamento financeiro previamente estabelecidos.

A seguir serão analisados os fatores determinantes para o risco de liquidez das empresas estudadas.

4.2. Análise do modelo proposto

A divisão inicial da amostra em 2 grupos, baseada nas respostas dos empresários sobre a existência (ou não) de problemas de gestão de capital de giro, resultou na alocação de 28 casos no grupo sem risco de liquidez e 26 casos alocados no grupo de risco de liquidez. O percentual de acerto do modelo foi de aproximadamente 53% e pode ser utilizado como referência na avaliação da eficácia do modelo com a inserção de variáveis independentes.

Conforme consta na tabela 6, a inclusão das variáveis independentes por meio de um modelo estatístico de probabilidade possibilitou a elevação do poder preditivo para 81,1%, valor bastante superior ao anteriormente obtido. Resta comprovar a validade do modelo de regressão obtido através da utilização da regressão logística.

Tabela 6: Classificação dos grupos antes e após a aplicação do modelo

Risco de liquidez antes da aplicação do modelo				
		Não	Sim	
Risco de liquidez	Não	28	0	100,0%
	Sim	26	0	0
Porcentagem global				52,8%
Risco de liquidez depois da aplicação do modelo				
		Não	Sim	
Risco de liquidez	Não	22	6	82,1%
	Sim	6	20	80,0%
Porcentagem global				81,1%

Fonte: Resultados da pesquisa

Foi realizada a estatística Wald para a constante da função de regressão. Similarmente ao que é feito através do Teste T na regressão linear, a estatística Wald “provê a significância estatística para cada coeficiente estimado de forma que testes de hipóteses podem ocorrer exatamente como se faz em regressão múltipla” (HAIR et al., 2009, p. 289). Os resultados indicaram Wald igual a 0,074, B igual a -0,074 (com um erro padrão de 0,272), indicando que os resultados são estatisticamente significantes a um nível de 10%. Dessa forma, pode-se afirmar que os coeficientes são estaticamente diferentes de zero.

Similarmente ao que é realizado na análise de regressão linear a partir do Teste F, a regressão logística também requer a verificação da significância do modelo como um todo. Com o intuito de verificar se todos os coeficientes da regressão são não nulos foi utilizado o modelo de Chi-square. As significâncias encontradas (0,015 para etapa, 0,000 para bloco e 0,000 para modelo) indicam que pelo menos um dos coeficientes da regressão logística é não nulo. Portanto, pode-se rejeitar a hipótese de que todos os coeficientes são iguais a zero.

Também foram realizados os testes de Cox Snell e Nagelkerke, cuja análise é semelhante à análise do R^2 na regressão linear. Assim, se o objetivo for a comparação entre diferentes modelos deve-se optar pelo que possui o maior Cox & Snell. Os resultados encontrados indicam que 46,6% das variações ocorridas no Log da razão de chances devem-

se às variáveis independentes inseridas no modelo. De modo mais simplificado, pelo valor encontrado para o Nagelkerke verificou-se que o modelo explica 68,8% das variações registradas na variável dependente.

O Teste de Hosmer e Lemeshow objetiva analisar as diferenças entre as classificações que foram realizadas através do modelo e a realidade. Tem-se, como hipótese nula, que não existem diferenças significativas entre o modelo que foi previsto e o modelo observado. Através do nível de significância encontrado (0,534) conclui-se que a hipótese nula não deve ser rejeitada, indicando que o modelo previsto e o observado não possuem diferenças significativas.

Resta, ainda, a verificação do nível de significância de cada um dos coeficientes encontrados para o modelo, que foi realizada através da estatística Wald para testar se os coeficientes não são estaticamente iguais a zero. De forma geral, conclui-se que o modelo pode ser utilizado para a estimação da probabilidade de que uma empresa tenha ou não o risco de liquidez.

Conforme consta na tabela 7, os resultados da regressão logit apontam para somente cinco coeficientes estatisticamente diferentes de zero com um nível de significância de 5%, a saber: Vendas a prazo, Prazo médio pagamento, Empréstimos, Ciclo de caixa e Incubação.

Tabela 7: Variáveis na equação

Variável	B	Erro-Padrão	Wald	Sig.
Tempo de existência	-1,024	,551	3,454	,063
Números de empregados	,905	,588	2,366	,124
Setor de atividade	-28,670	1.912,564	,000	0,988
Percentual de capital próprio	-,343	107,421	,000	0,997
Faturamento mensal	,000	,061	,000	0,996
Vendas a prazo	,141	,058	5,789	,016
Prazo médio de recebimento	,192	,106	3,300	,069
Prazo médio pagamento	-,233	,097	5,807	,016
Empréstimos	2,614	,935	7,816	0,05
Relatório financeiro	35,803	18.932,393	,000	0,988
Pagamentos adiantados	47,165	42.190,486	,000	0,944
Conhecimento em administração financeira	-1,513	,771	3,851	,059
Retiradas de caixa para gastos pessoais	4,696	15.167,113	,000	0,877
Sexo	5,432	3,072	3,126	,077
Tempo de experiência	4,906	8.325,695	,000	0,999
Ciclo de caixa	,054	,022	6,233	0,013
Incubação	-3,227	1,660	3,777	,049
Constante	-,074	,272	,074	,786

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observa-se que uma variação positiva para o percentual de vendas a prazo aumenta o log de probabilidade de risco de liquidez. Este resultado corrobora os pressupostos teóricos, e os resultados encontrados por Santos e Ferreira (2008) e Santos, Ferreira e Faria (2009b), uma vez que quanto maior o volume de vendas a prazo, maior é a probabilidade de a empresa necessitar de capital de giro, prejudicando suas finanças de curto prazo.

Já o prazo médio de pagamento teve uma relação negativa com o risco de liquidez, confirmando que protelar os pagamentos é importante para diminuir as necessidades de capital de giro, pois, assim, a empresa ganha tempo até o recebimento das vendas.

Conforme encontrado por Santos, Ferreira e Faria (2009b, p. 160) “observa-se que a presença de empréstimos para pagamento de dívidas correntes aumenta a probabilidade de risco de liquidez”, confirmando as expectativas teóricas adotadas neste estudo. Deveras, a necessidade de empréstimos sugere um saldo de caixa insuficiente para a liquidação dos passivos de curto prazo da entidade. Santos e Ferreira (2008) também corroboraram que empresas que tendem a esgotar recursos próprios na abertura da empresa necessitam de maior financiamento externo, o que aumenta a probabilidade de incorrer em problemas de liquidez.

Em relação ao ciclo de caixa, os resultados demonstram uma relação positiva, significando que quanto maior for o ciclo de caixa, maior será o risco de liquidez. Este resultado também corrobora a expectativa de que um menor ciclo de caixa é benéfico para a empresa.

Por fim, o processo de incubação teve uma relação comprovada com o risco de liquidez, tendo os resultados indicando que as empresas que passaram pelo processo de incubação têm menor risco de liquidez se comparadas àquelas que não tiveram esta oportunidade. Isto se deve ao fato de que o processo envolve treinamento e capacitação dos gestores para que eles tenham maior controle sobre a gestão da empresa. Dessa forma, o processo de incubação das empresas possibilita que estas tenham maiores chances de sobrevivência no mercado.

5. CONCLUSÃO

A investigação central da presente pesquisa buscou conhecer quais são os fatores determinantes para o risco de liquidez das MPEs da cidade de Viçosa-MG. Considerando o objetivo deste estudo, as informações obtidas permitiram observar vários fatores que podem levar a empresa a problemas relacionados à liquidez, sendo os mais relevantes: falta de capital de giro; fluxo de caixa superior ao ciclo operacional; incompetência gerencial causada por um acúmulo de funções admitidas pelos empresários; acesso ao crédito, visto que muitos dos empresários alegam preferir recorrer a amigos e parentes ao invés de tentar empréstimos bancários devido à urgência em se obter o recurso, a mistura da pessoa física com a pessoa jurídica, ferindo o princípio da entidade, e a falta de um plano de negócio.

Observa-se que estes foram os fatores mais citados, e tais foram concordantes com a maioria dos estudos citados no referencial teórico. Assim, deveras, não há como direcionar a mortalidade das empresas para uma única causa, mas sim para um grupo de fatores que agem em conjunto, gerando a descontinuidade das atividades. À medida que esses fatores vão se acumulando, eleva substancialmente a chance de o negócio ser mal sucedido.

Em relação ao modelo estatístico proposto, os resultados demonstraram que a classificação das empresas analisadas em dois grupos foi eficiente para a avaliação da existência de variáveis condicionantes do risco de liquidez nas MPEs. Vendas a prazo, prazo médio de pagamento, empréstimos, ciclo de caixa e participação em processo de incubação são alguns dos fatores que mais podem determinar o risco de liquidez nas MPEs do município de Viçosa-MG, de acordo com a regressão logística. Ademais, verificou-se que o processo de incubação das empresas é um fator que pode auxiliar no combate a problemas de liquidez das empresas, tendo em vista que, além do acesso à crédito para futuros investimentos, possibilita uma maior capacitação dos empresários, além de auxiliar no processo de captação de clientes e parcerias.

Desta forma, conclui-se que as práticas de gerenciamento de caixa e a diminuição do ciclo de caixa são de extrema importância para evitar problemas de liquidez. Devido à importância que a previsão de risco de liquidez tem para a sobrevivência das empresas, em

especial as de menor porte, sugere-se a aplicação deste modelo em amostras de maior tamanho, bem como considerar uma maior abrangência regional.

Apesar dos testes para validação da Regressão Logit confirmarem a validade dos resultados encontrados, aponta-se como limitação deste estudo o pequeno número de questionários aplicados, oriundo da dificuldade encontrada para que os empresários respondessem à pesquisa. Dessa forma, sugere-se a expansão deste estudo para que possa abranger um maior número de respondentes, além da inclusão de novas variáveis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTÃO, M. G.; PERES, C. J.; MARQUES, H. M. Taxonomia da Falência e a Recuperação de Empresas-O Porquê do insucesso. **European Journal of Applied Business Management**, n. Special Issue, p. 30–58, 2018. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/329377423>>. Acesso em: 21/03/2019.

BELÁS, J. et al. Risk perception differences between micro-, small and medium enterprises "Risk perception differences between micro-, small and medium enterprises. **Journal of International Studies**, v. 8, n. 3, p. 20–30, 2015.

BRASIL. Lei Complementar 123/06. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943**, p. Brasília, DF, junho, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>.

CASTANHEIRA, D. R. F. **A formalização integral e sua contribuição para o desempenho econômico-financeiro das micro e pequenas empresas brasileiras (mpes)**. 2017. 119 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHÉR, R. **A gerência das pequenas e médias empresas**. 2. Ed. São Paulo: Maltese, 1991.

FERREIRA, L. F. V. de M. **Análise Dinâmica da Gestão do Capital de Giro Como Fator de Sustentabilidade para o Desempenho Econômico- Financeiro das Empresas: O Caso do APL do Setor de Turismo em Pernambuco**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

FERREIRA, M. A. M. et al. Risco de liquidez e condicionantes da gestão de capital de giro em micro e pequenas empresas. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, n. 2, p. 257–274, 7 dez. 2007.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books, 2000. 846 p.

HAIR, J. F. et al. **Análise Multivariada de dados**. 6 edição ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALL, R. J. et al. Contabilidade como uma ferramenta da gestão: um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados-MS. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 6, n. 3, p. 4–17, 2012.

KASSAI, J. R. Balanço perguntado – solução para as pequenas empresas. In: VIII Congresso Brasileiro de Custos. **Anais...**2001.

LISBOA, E.; CASTRO, M. O papel da Incubadora de Empresas como facilitadora no

processo de aquisição de recursos financeiros de terceiros pelas empresas incubadas do Distrito Federal. In: XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, Belém-Pará, 2014.

NEITZKE, A. C. A. et al. Gestão do Capital de Giro: Uma Análise em Micro e Pequenas Empresas. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v. 4, n. 1, p. 117–122, 2011.

PEREIRA FILHO, A. D. O modelo dinâmico de gestão financeira de empresa: procedimentos de operacionalização. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n.4, p.12-22, dez. 1998.

PLÁCIDO, L. D. G.; SANTOS, L. M. dos; MURTA, L. N. A tecnologia da informação é importante no controle financeiro da microempresa? Uma análise de múltiplos casos em Minas Gerais. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 9, n. 3, p. 51–64, 2015.

SANTOS, L. M. dos; FERREIRA, M. A. M. Investigação dos fatores condicionantes do capital de giro em micro e pequenas empresas: uma abordagem por grupos estratégicos. **Revista de Negócios**, v. 13, n. 3, p. 51–66, 2008. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/277818885>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

SANTOS, L. M.; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. Gestão Financeira de Curto Prazo: Características, Instrumentos e Práticas Adotadas por Micro e Pequenas Empresas. **Revista de Administração da Unimep**, v. 7, n. 3, p. 70–92, 19 jun. 2009a.

SANTOS, L. M. dos; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. de. Utilização de modelos de regressão logística para a previsão de risco de liquidez em micro e pequenas empresas. In: **ABCustos**, v. 4, n. 3, p. 142–165, 2009b.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília-DF, 2016. Relatório. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2020.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil das microempresas e empresas de pequeno porte**. Abril/2018. Relatório. Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil das ME e EPP - 04 2018.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf)>. Acesso em 02 jan. 2020.

SEBRAE-SP - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO. **10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. São Paulo, 2008. Relatório. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/10_anos_mortalidade_relatorio_completo.pdf>. Acesso em 25 abr. 2019.

SEBRAE-SP - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO. **Causa mortis: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida**. São Paulo, 2014. Relatório. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em 07 jan. 2020.

SEBRAE-SP - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO. **Panorama das MPEs paulistas**. São Paulo, 2016. Relatório. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/book_pesquisa_sobre_mpes_paulistas_fe_2016.pdf>. Acesso em 07 jan. 2020.

SEBRAE-SP - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO. **Panorama dos pequenos negócios 2018**. São Paulo, 2018. Relatório. Disponível em:

<
https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf>. Acesso em 07 jan. 2020.

SOUZA, R.M. **Avaliação de custo, volume e lucro em micro e pequenas empresas comerciais: um estudo de caso**. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.

STAWASZ, E.; ROPEGA, J. Barriers and Risk Factors in the Development of Micro and Small Businesses in Poland. In: **International Entrepreneurship and Corporate Growth in Visegrad Countries**. University of Miskolc: Miskolc., 2014. p. 99–113.

TELES, J. A.; FILHO, J. L. P.; ZYLBERMAN, M.; ANDRADE, G. Resultados do uso do poder de compra do Governo de Sergipe a favor das micro e pequenas empresas: Lei de Licitações 6206/07. In: II Congresso Consad de Gestão Pública, **Anais...**2009.

WAWERU, C.; NGUGI, K. Influence of Financial Management Practices on the Performance of Micro and Small Enterprises in Kenya. **European Journal of Business Management**, v. 1, n. 11, p. 141–161, 2014. Disponível em: <<http://www.ejobm.org>>. Acesso em: 8 jan. 2020.